

Funpemg

Irregularidades no processo de extinção do Funpemg é pauta de reunião entre Sindicatos e Ministério Público

..... Página 2

SindAção

Reunião com TJMG acontece cheia de expectativas, mas antigas reivindicações ficam, mais uma vez, sem respostas

..... Página 3

Indignação

Precários protestam em frente ao TJMG quanto à iminência de dispensa. Demissões estão previstas para maio de 2014

..... Página 6

Alerta

Afastamento de Servidores e magistrados por motivo de saúde chega a 150 mil dias em 2013

..... Página 7

 Curta nossa página:
facebook.com/Serjusmig

 Siga-nos: @Serjusmig

Incoerência - PLC dos Penduricalhos inicia tramitação na ALMG

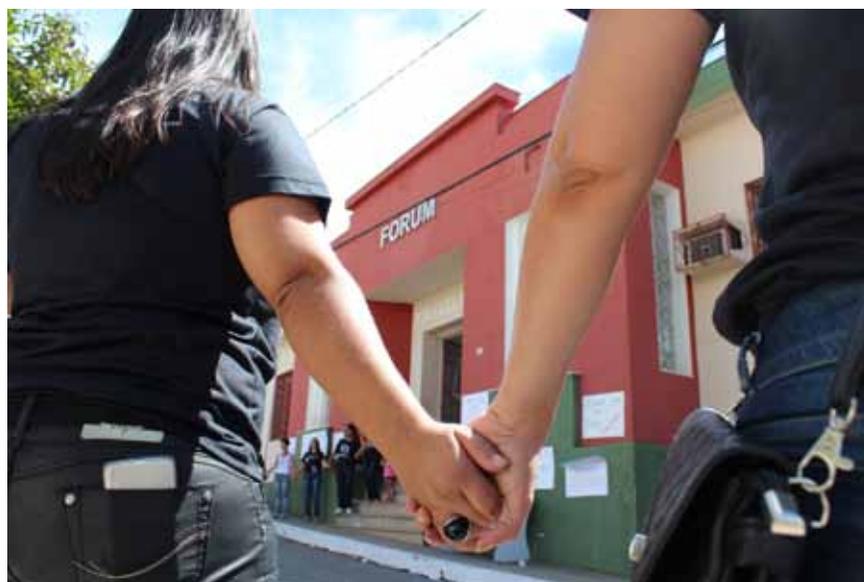
PLC 59/2014 foi lido durante primeira reunião ordinária da ALMG em 2014 e, desde então, encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça, onde foi baixado em diligência



..... Páginas 4 a 7

JUNTOS SOMOS MAIS!

Servidores de todo o Estado se unem em manifestações para protestar contra as más condições de trabalho



..... Páginas 5 a 7

AGENDE!

CONVOCAÇÃO

**ASSEMBLEIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA
[AGE]**

DATA: 22/03

HORÁRIO: 9h30

LOCAL: SERJUSMIG

Rua Guajajaras, 1984,
Barro Preto - BH/MG

..... Página 2

Confira as rodadas de visitas 2014 às comarcas mineiras

..... Página 8

Servidores da Justiça de 1ª Instância estão hoje vivendo uma verdadeira discrepância imposta pelo TJMG: enquanto o Tribunal adia reivindicações históricas e legítimas da categoria, sempre sob o argumento da falta de recursos financeiros e limite orçamentário, busca por meio do PLC 59/2014, instituir novos benefícios aos magistrados (que podem comprometer mais de R\$40 milhões dos recursos financeiros e orçamentários do Órgão).

Comarcas em péssimas condições estruturais, falta de equipamentos de trabalho e defasagem no quadro de funcionários são apenas alguns dos principais problemas vividos pela 1ª Instância em Minas Gerais, conforme comprovado *in loco* pelo Sindicato em suas recentes rodadas de visitas às Comarcas. É por essa situação tão contraditória, que o SERJUSMIG se opõe veementemente à aprovação do PLC 59/2014, da forma como hoje ele é apresentado.

Não somos contra a valorização da magistratura, criticamos é o tratamento discriminatório dado pelo TJMG às questões relacionadas ao Servidores. E mais, à falta do estabelecimento de um cronograma de prioridades, que acaba gerando a protelação da solução de problemas que perduram durante anos na Casa da Justiça Mineira.

Por isso, colegas, estejamos cada vez mais unidos e preparados para enfrentar o debate sobre o PLC 059/2014 na ALMG! A luta só está começando e precisamos da participação de todos.

Boa leitura,
Sandra Silvestrini
Presidente do SERJUSMIG

Proposta de regulamentação do Fundo de Greve é elaborada durante Reunião Ampliada

Evento preparou deliberações que serão apresentadas em AGE, marcada para 22/03

Aconteceu dia 22/02, uma Reunião Ampliada dos Servidores da Justiça de 1ª Instância, destinada a elaborar uma proposta de regulamentação do Fundo de Greve. Após uma discussão muito participativa e de alto nível, chegou-se ao consenso em torno de uma proposta de regulamentação a ser levada em AGE da categoria no dia 22 de março de 2014, sábado.

Durante a Reunião Ampliada, foi acordado que:

- O SERJUSMIG irá repassar para o Fundo de Greve o valor correspondente ao imposto sindical já recebido e contabilizado (relativo ao ano de 2012).

- O SERJUSMIG não cobrará mensalidade extra dos Servidores para fins de contri-

buição para o fundo, porém, neste 2014 e em 2015, deixará de isentar os filiados da mensalidade de março. Ao invés de isentar o filiado desta mensalidade (março), irá transferir o seu desconto para o contracheque do Servidor que vier com a 1ª parcela do 13º salário. Lembremos que a isenção não é estatutária, ocorrendo desde março de 2009, por deliberação da diretoria do Sindicato.

- Será constituída uma comissão que ficará responsável pela gestão do Fundo.

- Os extratos para acompanhamento da conta destinada aos recursos do fundo serão disponibilizados para os Servidores no site da entidade para fins de acompanhamento permanente.

- As regras de utilização, inclusive relacionadas aos valores que serão disponibilizados em caso

de greve para auxílio a Servidores que eventualmente sejam penalizados com corte de dias parados serão tomados em AGE por ocasião da realização da greve, sendo certo que o auxílio será proporcional aos dias de participação no movimento e aos cortes efetivamente processados.



Servidores votam proposta que será deliberada em AGE, marcada para 22/03

Sindicatos se reúnem com Ministério Público

e solicitam análise de irregularidades no processo de extinção do Funpemp

No dia 18/02, o conselheiro fiscal do SERJUSMIG Antônio Costa dos Santos Júnior, e a vice-presidente Luzimar Silva Nunes Gontijo, ao lado de outros sindicatos, se reuniram numa audiência no Ministério Público Estadual para tratar sobre a inconstitucionalidade da extinção do Fundo de

Previdência do Estado de Minas Gerais (Funpemp).

Na ocasião, os sindicatos entregaram ao promotor de justiça, dr. Marcos Pereira Anjo Coutinho, um ofício que solicita a avaliação do órgão sobre irregularidades no processo de retirada, pelo Governo de Minas Gerais, de cerca de R\$ 4 bilhões do Funpemp para tapar

um “rombo” de mais de R\$ 8 bilhões do Fundo Financeiro de Previdência (Funfip).

O promotor comunicou aos representantes sindicais presentes à reunião que iria submeter o assunto à avaliação do do procurador-geral do Ministério Público de Minas Gerais, dr. Carlos André Mariani Bittencourt.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDIÁRIA - AGE

O SERJUSMIG por meio de sua Presidente, Sandra Margareth Silvestrini de Souza, nos termos dos artigos 3º, 4º, 5º, 6º, inciso VI, e art. 15, inciso III do Estatuto do Sindicato, convoca todos os seus sindicalizados para a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a ser realiza-

da no dia 22 de março de 2014 (sábado), às 9h, em 1ª convocação, com o número regimental, e às 9h30, em 2ª convocação, com o número de participantes presentes, no Pilotis da sede do SERJUSMIG, localizada na Rua Guajajaras, 1984 - Barro Preto - Belo Horizonte/MG, para

votação de proposta de regulamentação do Fundo de Greve da categoria.

Belo Horizonte, 10 de março de 2014.

(a) Sandra Margareth Silvestrini de Souza
Presidente/SERJUSMIG

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Sandra Margareth Silvestrini de Souza; **1º Vice-Presidente:** Luiz Fernando Pereira Souza; **2º Vice-Presidente:** Rui Viana da Silva; **3º Vice-Presidente:** Luzimar Silva Nunes Gontijo; **Diretor Secretário:** José Teotônio Pimentel Gouvêa; **Sub-Diretor Secretário:** Juliano Ribeiro da Cunha; **Diretora Financeira:** Tatiana Correia Borges; **Sub-Diretor Financeiro:** Alípio de Faria Braga; **Diretora de R.Públicas, Promoções e Eventos:** Simone Salgado Rodrigues Gomes; **Sub-Diretor de R. Públicas, Promoções e Eventos:** Willer Luciano Ferreira; **Diretor de Recreação, Esportes, Lazer e Cultura:** Théo Lellis Alves Nardelli; **Sub-Diretora de Recreação, Esportes, Lazer e Cultura:** Denise Silvestrini de Campos; **Diretora Social:** Ana Maria Gomes de Souza Bertelli; **Sub-Diretor Social:** Adalton Couto do Carmo

CONSELHO FISCAL - EFETIVOS: 1º) Antônio Ancelmo de Sousa; 2º) Ênio de Senna Gomes Júnior; 3º) Jorcelina Aparecida Ferreira; 4º) José de Queiroz Toledo; 5º) Luciano César; 6º) Maria Auxiliadora A.de Souza Teixeira; 7º) Tadeu José da Rocha. **SUPLENTE:** 1º) Antônio Costa dos Santos Júnior; 2º) Eduardo Luiz P. Furbeta; 3º) Jorge Antônio de Almeida; 4º) Juarez Rogério de Oliveira; 5º) Maria Madalena Botinha Alves Cardoso; 6º) Patrícia Pires Alvarenga; 7º) Wellington Quintiliano.

Editores Responsáveis: Ana Drummond Guerra (MG05574JP) e Renata Carneiro (MG08322JP)

Diagramação: Renata Carneiro

Textos: Ana Drummond Guerra e Renata Carneiro

Fotos: Ana Drummond Guerra, Renata Carneiro, Franklin Almeida e colaboradores

Impressão: Gráfica FORMATO

Tiragem: 10.500 exemplares

Reunião com TJMG frustra servidores

Lideranças sindicais se reuniram com representantes do TJMG para conhecer o orçamento da Casa; principais reivindicações continuaram sem respostas

Foi com muita expectativa que se deu o encontro entre os Sindicatos e a Administração do TJMG. Representantes do SERJUSMIG, Sinjus e Sindojus se reuniram dia 18/02 com o interlocutor da presidência, juiz Renato César Jardim, e os técnicos das áreas de planejamento e finanças do Tribunal.

A intenção dos representantes dos sindicatos era, além de debater o orçamento, obter respostas a antigas reivindicações, porém logo ao abrir a reunião, Jardim informou que a pauta seria o orçamento do TJMG e a apresentação aos sindicatos da nova sistemática adotada pela Casa para possibilitar às entidades o acompanhamento da execução orçamentária, mês a mês.

Mesmo reconhecendo o avanço que a iniciativa representa, a expectativa de resolver antigas pendências foi frustrada. "É importante registrar que, apesar desta iniciativa, é necessário que a divulgação destas contas seja o mais completa possível. Os dados não podem ser apresentados de forma parcial. Desejamos também, acima de tudo, conhecer as respostas da Administração do TJMG em relação às pendências, que se arrastam por anos", frisou a presidente do SERJUSMIG, Sandra Silvestrini.

Posse de novos Servidores

No telão, a rubrica destinada à previsão de gastos com novas contratações efetivas trouxe a primeira decepção. Das 440 (posses efetivas) que o Sindicato havia conseguido garantir na proposta orçamentária aprovada pelo Órgão Especial e que passou pela "compatibilização" do Executivo, metade foi "decepada". Isso significa que a previsão voltou a ser de 220 posses em 2014.

Dispensa dos precários

Realidade - Atualmente, o TJMG tem um gasto concreto com o pagamento de mais de 800 precários (Servidores aprovados no concurso vigente, mas que trabalham sem vínculo de contratação efetiva). Existe uma decisão do CNJ, levada a julgamento do STF, de dispensa destes traba-

lhadores prevista para maio deste ano.

Reivindicação SERJUSMIG - Já que o TJMG paga salários a mais de 800 designados, seria coerente a efetivação das mesmas 800 pessoas, o que não representa gasto novo. Somada à efetivação, seriam realizadas as 220 posses em novos cargos já previstas no orçamento 2014.

RESPOSTA DO TJMG - Em prevalecendo a ordem de dispensa em maio, o órgão estudará alternativas e a viabilidade da proposta do SERJUSMIG, lembrando que ao se efetivar 800 designados o gasto passa a ser uma despesa de caráter continuado.

Regulamentação e Efetivação da Lei nº 20.865/2013

Realidade - A projeção apresentada demonstra não haver previsão da efetivação da Lei nº 20.865/2013, sancionada em 30 de setembro de 2013.

RESPOSTA TJMG - A regulamentação está em tramitação na Casa. Segundo ele, é preciso, através do acompanhamento da execução do orçamento, apurar disponibilidade orçamentária.

Reivindicação SERJUSMIG - Estabelecer um cronograma que impeça que novas demandas se sobreponham às antigas. E, enquanto isso, reduzir a carga horária dos escrivães e contadores para uma jornada diária de seis horas.

Promoções Verticais

Realidade - Não houve cortes nos 12 milhões previstos para o custeio das PVs relativas ao ano de 2014. Vale lembrar que na proposta orçamentária inicial de 2013 (antes do envio ao Executivo para a compatibilização), havia previsão de R\$3 milhões e o trabalho dos sindicatos para aumentar este valor foi vitorioso, passando para R\$12 milhões.

Reivindicação SERJUSMIG - Posicionamento imediato e também a quitação dos passivos relativos à PV2012. Ademais, é

necessário que o TJMG retire a previsão legal de limite de vagas para a Justiça de 1ª Instância, permitindo, desta forma, que a discussão gire anualmente em torno do orçamento e não de uma restrição legal injusta.

RESPOSTA TJMG - Homologaria (como homologou em 25 de fevereiro), a PV2012.

URV

Realidade - Os passivos dos Servidores e magistrados são tratados de forma diferente pelo TJMG. Comparando os gastos com o pagamento de passivos a magistrados realizados em 2012 aos efetivados no ano de 2013, tem-se um crescimento de 43,06%. Ao realizar a mesma comparação em relação ao pagamento de passivos a Servidores, tem-se um decréscimo de -15,92% (negativo).

Reivindicação SERJUSMIG - Efetivação do pagamento de, pelo menos, 50% dos valores relativos a passivos da URV em 2014 e que adote um mecanismo mais isonômico de quitação de passivos.

RESPOSTA TJMG - As definições salariais estão a cargo das comissões Salarial e de Orçamento. Mas a proposta do SERJUSMIG seria levado ao presidente da Casa.

Transparência

Reivindicação SERJUSMIG - O TJMG deve apresentar, de forma discriminada, os passivos pagos

a magistrados e a servidores com os valores obtidos a partir da suplementação obtida através da Lei nº 20.994/2013.

RESPOSTA TJMG - Os dados serão enviados ao Sindicato.

Data-Base

Reivindicação SERJUSMIG - Devido à peculiaridade deste ano (Copa do Mundo e eleições) e para evitar atrasos na implementação da revisão geral dos vencimentos da categoria na data-base de 1º de maio, foi pleiteada a agilidade dos trâmites internos do projeto a ser encaminhado à ALMG. Este ano, a previsão é de que a inflação do período fique em 6%, percentual já previsto no orçamento.

Pendências

Todas as reivindicações, mesmo aquelas não foram discutidas, foram registradas em ofício pelo SERJUSMIG, entregue ao interlocutor da presidência, acompanhado da solicitação de marcação de reunião urgente, a fim de que sejam solucionadas, tais como:

- Majoração do valor das diligências, conforme previsto no orçamento acordado em 2013.
- Aumento real dos salários.
- Indenização de plantões.
- Regulamentação da venda de férias-prêmio.
- Instituição do auxílio-transporte.
- Majoração do auxílio-creche.



Representantes do SERJUSMIG avaliam números do orçamento e questionam pendências antigas ainda não solucionadas pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais

PLC dos Penduricalhos pode causar prejuízo de R\$40 milhões aos cofres públicos

PLC 59/2014, que tramita na Assembleia desde fevereiro, foi baixado em diligência. Caso aprovado, o projeto de lei complementar vai conceder diversos benefícios aos magistrados, enquanto comarcas de todo o Estado sofrem com falta de recursos e de pessoal



Deputado Rogério Correia (PT) recebe das mãos de Sandra Silvestrini e Luiz Fernando, ofício para realização de Audiência Pública

Mais um Projeto de Lei Complementar (PLC) polêmico vem causando indignação aos Servidores da Justiça do Estado. Tramitando na Assembleia desde o dia 04/02, o PLC 59/2014 se encontra na Comissão de Constituição e Justiça onde foi baixado em diligência no dia 18, pelo deputado e relator do projeto, Sebastião Costa (PPS), a fim de que o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais esclareça melhor o impacto financeiro e orçamentário da proposição. Desde o início

da tramitação do PLC, o SERJUSMIG vem marcando presença na ALMG, fazendo um trabalho de corpo a corpo com os deputados, em busca da ampliação do debate acerca da proposta.

Penduricalhos

Conhecido como “PLC dos Penduricalhos”, o projeto de lei, caso aprovado, irá conceder uma série de benefícios aos magistrados de Minas. Dentre os artigos mais criticados estão a concessão de auxílio-livro (no valor de R\$12 mil anuais), sem a necessidade de comprovação de gastos, o auxílio-remoção/promoção (de cerca de R\$25 mil) e a majoração de 2/3 por ano de indenização de férias para 4/3, privilégios que representarão gasto de mais de R\$ 40

milhões. A verba para suprir estes gastos, em grande parte, sairá do Fundo Especial do Judiciário, criado para promover melhorias na estrutura da Justiça de 1º grau.

Impactos na justiça de 1ª instância

Outro provável impacto dos penduricalhos deve afetar o comprometimento do limite de gastos com pessoal estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, o que diminuirá ainda mais as chances de demandas antigas da categoria, tais como: posse de aprovados no concurso, regulamentação (já com prazo extrapolado) e efetivação da Lei nº 20.865/2013 (originária do Projeto de Lei [PL] 3342/2012), que criou 320 cargos de gerente de contadoria e 1.237 cargos de gerente de secretaria; abertura da carreira dos Servidores da Justiça de 1ª Instância, mediante a retirada do limite de vagas para a promoção vertical, entre outras.

Entenda as reivindicações do SERJUSMIG com relação ao PLC 59/2014

A luta do SERJUSMIG é que a ALMG, ao contrário do que aconteceu à época em que o então anteprojeto tramitava no TJMG, promova um amplo debate público entre os interessados: Servidores, advogados, magistrados e sociedade civil. “Dessa forma, todos poderão opinar sobre as prioridades do TJ em relação às demandas do Judiciário mineiro, especialmente as relativas à 1ª Instância”, explica a presidente do Sindicato, Sandra Silvestrini.

Conforme o SERJUSMIG tem denunciado, tais demandas vêm enfrentando dificuldades, especialmente aquelas relacionadas à defasagem do quadro de pessoal, às más instalações dos fóruns e a falta de cumprimento da Lei que estabeleceu a transformação dos cargos de Técnico de Apoio e Oficial de Apoio em cargo em comissão, a ser ocupado por servidor efetivo, e que garante aos Escrivães e Contadores o recebimento de uma gratificação. “Lembramos que esta gratificação viria fazer justiça àqueles que, embora cumprindo jornada diária de trabalho de oito horas, recebem por apenas seis”, ressalta ela.

Representantes do Sindicato protocolaram requerimentos para a realização de Audiências Públicas para discussão do PLC 59/2014 e também do PL 4797/2013, que trata da carreira dos Servidores do Judiciário mineiro. “O SERJUSMIG pretende discutir com os parlamentares e com a sociedade, incluindo representantes do TJMG, a necessidade de mudança no projeto do Plano de Carreiras, garantindo a retirada do limite de vagas para a promoção vertical dos Servidores das duas instâncias, a exemplo do que ocorre em órgãos como MP e TCEMG”, diz Sandra Silvestrini.



Representantes do SERJUSMIG protestam durante reunião da CCJ. PLC 59/2014 foi baixado em diligência

Contagem sofre com falta de Servidores



Contagem, a 2ª maior comarca do Estado, atualmente possui 120 mil processos para um quadro de 220 Servidores, que aguardam também a conclusão das obras do novo fórum, na esperança de que a mudança para um local mais amplo minimize as condições precárias a que estão submetidos, como armazenamento de processos em cadeiras ou até mesmo no chão das secretarias.

Caeté em situação de abandono



O Fórum de Caeté está sem juiz e a Comarca não tem promotor nem defensor público. “Estamos vivendo um completo abandono por parte do TJMG”, desabafa o advogado Lourival Matos. A presidente da subseção da OAB em Caeté, Pamela Soares, criticou também a sobrecarga de trabalho à qual são submetidos os Servidores. “São 21 pessoas para cuidar de 11 mil processos. Inaceitável! Estamos indignados pelos Servidores sobrecarregados que, mesmo encerrando expediente às 23h, quando deveriam ir para suas casas às 18h, ainda assim sempre fazem o possível para atender muito bem à população”, protestou.

TJMG ignora condições de trabalho inadequadas em comarcas de todo o Estado

Enquanto tramita na Assembleia o projeto que concederá benefícios extras aos magistrados mineiros, Servidores de várias comarcas de Minas realizam protestos e atos públicos reivindicando melhores condições de trabalho. Em algumas cidades, o protesto foi organizado por subseções da OAB, que também veem seus filiados prejudicados em meio à lentidão do judiciário. Grande parte das reivindicações gira em torno do defasado número de Servidores, que contribui diretamente para a morosidade no andamento dos processos.

O Tribunal, por sua vez, alega falta de orçamento para atender às reivindicações, afirmação contraditória vinda de um órgão que propõe a concessão de vários benefícios extras aos magistrados no PLC 59/2014 que enviou à ALMG.

Comarcas como Contagem, Caeté, Uberaba, Juiz de Fora e Pouso Alegre, já realizaram manifestações cobrando melhorias nas condições de trabalho. Dentre as reivindicações, estão a criação e implementação de varas já aprovadas em lei, instalação de ar-condicionado em alguns prédios, conclusão imediata de obras

em fóruns que se arrastam por meses e, especialmente, aumento no quadro de servidores.

O vice-presidente do SERJUSMIG Luiz Fernando Souza acredita que o Estado abandonou a justiça mineira. “Não há juízes nem Servidores em número suficiente, falta estrutura decente para que os funcionários, todos já sobrecarregados, trabalhem com dignidade. Além disso, o Estado não paga os advogados nas comarcas onde não há Defensoria Pública e, para piorar, o número de Servidores que estão adoecendo é altíssimo”, denuncia. “No Judiciário mineiro, o que está acontecendo é um verdadeiro massacre dos trabalhadores”, completa.

Os protestos reforçam os dados divulgados no fim de 2013 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que comprovam que, em 2012, de cada 100 processos, somente 30 foram solucionados. Os números atestam o que os Servidores já sabem: o trabalho é realizado mesmo em circunstâncias críticas, porém, o aumento da demanda e a manutenção do mesmo quadro de funcionários torna impossível agilizar o andamento processual.

TJMG na contramão das diretrizes do CNJ

O CNJ tem se debruçado sobre a precariedade da Justiça de 1º grau. Em estudos que realizou, constatou que o maior problema está na falta de investimento por parte dos Tribunais, que sempre priorizam demandas da 2ª Instância.

Em Minas não tem sido diferente: basta observar que os desembargadores contam com cinco pessoas para lhes assessorar, enquanto o juiz de primeiro grau possui apenas um, ou, em alguns casos, nenhum.

Antes de solucionar esta questão, o TJMG procurou aumentar o número de assessores para desembargadores e, em relação à 1ª Instância, só fez agravar a situação ao criar uma “função de confiança”

para assessorar o juiz de 1ª entrância e dos Juizados Especiais, que, na prática, representa a retirada de um Servidor do exercício de suas funções de origem, para ganhar uma mísera gratificação por este trabalho (valor do PJ01). Os que assessoram os desembargadores ganham o valor do PJ77.

Ao todo, 780 cargos em comissão assessoram 128 desembargadores. “Percebemos, há algum tempo, que as coisas não mudam. Assistimos Servidores doentes, sacrificados, pedindo socorro e nenhuma mudança efetiva acontece. Sabemos que sem vontade política nada mudará. E é para provocar mudanças – que, sabemos, não acontecem sem pressão – que estamos na linha de frente, denunciando e cobrando melhorias”, argumenta Sandra.

Uberaba denuncia situação de descaso em vídeo que repercutiu nas redes sociais

Em Uberaba, Bruno Daibert, servidor da 3ª Vara Criminal do município, decidiu tornar públicas as condições de trabalho dos Servidores do Fórum Melo Viana. As imagens feitas por um telefone celular expuseram a realidade da comarca e não deixam dúvidas quanto à falta de condições adequadas. “A distribuição de processos hoje em Uberaba é de cinco a oito vezes maior do que no início da década de 1990, mas o quadro de pessoal permanece idêntico”, ressaltou Daibert, lembrando da importância de funcionários de outras comarcas terem a mesma iniciativa.

Fórum em Juiz de Fora tem déficit de mais de 100 Servidores

Em Juiz de Fora, a precariedade das condições de trabalho no Fórum foi denunciada pelos Servidores, confirmando uma situação que, ao invés de exceção, reflete a dura realidade dos trabalhadores do judiciário mineiro.

Com base na distribuição de processos da comarca, o Fórum deveria contar com, no mínimo, mais 10 juízes, 50 oficiais de apoio, 30 oficiais de justiça e dez escrivães, fora os oficiais judiciários, assistentes sociais e psicólogos. Se atualizados para 2014, os dados elevariam a deficiência de pessoal para 150 Servidores.



TJMG quer instituir novos benefícios aos magistrados, mas alega falta de recursos para regularizar a situação dos precários

Mais de 800 aprovados em concurso público que trabalham a título precário, a maioria há mais de três anos, correm o risco de serem dispensados no próximo mês de maio, de acordo com determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que está sendo discutida agora no Supremo Tribunal Federal (STF).

Os trabalhadores precários não têm os mesmos direitos trabalhistas de um Servidor Público, tampouco de um funcionário terceirizado, pois não fazem jus aos

benefícios assegurados pela CLT, como recolhimento de FGTS, Seguro Desemprego, e, apesar de aprovados em concurso, podem ser demitidos a qualquer momento, por não possuírem estabilidade.

Há anos o SERJUSMIG batalha pela criação de mais cargos na Justiça de 1ª Instância do Judiciário mineiro. “O número de processos praticamente quadruplicou nos últimos anos e o quadro de pessoal se manteve o mesmo”, afirma Rui Viana, vice-presidente do Sindicato.

No entendimento do Sindicato, a posse tem que ser de, pelo menos, 1026 Servidores, o que não significa um gasto novo, posto que o TJMG já paga salários a 806 designados e está previsto no orçamento de 2014 a contratação de 220 novos Servidores.

O Sindicato alerta para o caos que irá se instalar na Justiça de 1º grau caso ocorram as dispensas determinadas pelo STF e CNJ, antes da posse de pelo menos o mesmo número dos que já se encontram designados. “Esse fato se agravará

“Diariamente, somos expostos a uma situação indigna que é a de não conseguirmos reivindicar os nossos direitos, pois, como precários, o peso de nossas argumentações é muito pequeno. Vivemos uma realidade constrangedora e decepcionante: estamos sendo injustiçados por um órgão que deveria zelar pela prática da justiça.”

Guilherme Nahas - oficial de apoio e servidor a título precário há três anos.

ainda mais se somado à impossibilidade de contratação para substituição (licenças saúde e outros afastamentos) e ao desvio de Servidores de suas funções para assessorar juízes (função de assessoramento)”, alega Sandra Silvestrini.

A presidente do Sindicato acredita que todos perderão com a situação. “Perdem os precários, que se esforçaram para passar em um concurso e trabalham na função há mais de três anos; perdem os Servidores efetivos, que serão sacrificados com o excesso de trabalho devido a uma maior defasagem de pessoal; perdem os advogados, que não conseguem dar andamento aos seus processos; e perde a sociedade como um todo, que não recebe da Justiça um atendimento célere e eficiente”, completa.



Precários correm contra o tempo: há três anos atuando no judiciário mineiro, muitos correm o risco de perder os cargos em maio

PJe: solução a longo prazo

Outra alegação do TJMG para não efetivar a contratação dos Servidores é a promessa de que a instalação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) irá solucionar o problema da sobrecarga e da morosidade na tramitação dos processos.

Para o SERJUSMIG, esse argumento não procede, pois serão necessários, pelo menos 10 anos para que o PJe esteja em pleno funcionamento; até lá, muitos trabalhadores já terão sido prejudicados, sofrendo danos irreparáveis a saúde.

Caos

A seccional mineira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MG) fez um alerta sobre a possibilidade de caos a partir da implantação do chamado Processo Judicial Eletrônico (PJe) na Justiça estadual mineira.

O SERJUSMIG concorda rigorosamente com a manifestação da entidade, que ressalta o fato de o Tribunal estar promovendo a implantação do PJe

de forma atropelada, imperativa e sem discutir as questões técnicas e suas repercussões com todos os envolvidos no processo.

Dentre os vários problemas apontados pela seção mineira da OAB quanto à implantação do PJe estão:

- 1) Falta de banda larga em todo o Estado, o que compromete a qualidade e o acesso ao sistema.
- 2) Falta de diálogo do Tribu-

nal de Justiça para com todos os envolvidos no processo, em especial os Servidores e a advocacia.

3) Não observância das leis que tratam da acessibilidade, prejudicando o acesso ao PJe a portadores de deficiências visuais e idosos.

4) A total insuficiência de investimentos em equipamentos e em treinamento dos Servidores da Justiça.

150 mil dias de afastamento em 2013

Um estudo realizado pelo TJMG, que trata da quantidade e das causas das ausências de Servidores e magistrados decorrentes de doenças diversas, mostrou que, em 2013, 25,8% dos magistrados e 42,38% dos Servidores se ausentaram do trabalho por pelo menos um dia devido a licenças saúde.

O material traça um comparativo ano a ano, desde 2007, e apresenta um aumento alarmante no número de casos de adoecimento. Ao todo foram 17.429 licenças que representaram quase 150 mil dias de afastamento em 2013; destas, 41% tiveram como causa doenças por transtornos mentais, do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo.

O juiz Marco Antônio Feital Leite, em reunião com representantes do SERJUSMIG no mês de fevereiro, afirmou:

“Essa situação é muito triste. Alguns Servidores já chegaram ao meu gabinete chorando, sem a mínima condição psicológica de trabalho, devido às fortes pressões a que são submetidos diariamente”. Segundo o juiz, os cargos de “linha de frente”, como o oficial de apoio, são um dos mais atingidos por

enfermidades decorrentes do stress do trabalho.

Sandra Silvestrini criticou a falta de providências concretas por parte do Tribunal para alterar este cenário. “Esta questão vem se agravando ano a ano e nada de concreto tem sido feito por parte do TJMG”.



Sandra Silvestrini e Rui Viana debatem com o diretor do foro de BH, dr. Marco Antônio Feital Leite, os motivos do alto índice de adoecimento de Servidores e magistrados

Cartilha orienta sobre saúde física e emocional do Servidor

Preocupado com o aumento da incidência de doenças físicas e emocionais nos Servidores do Poder Judiciário, o SERJUSMIG, em parceria com a Lucchesi Advogados Associados, decidiu formular a cartilha “Trabalho Decente e Sustentabilidade - A Saúde Física e Emocional dos Servidores do Poder Judiciário - Reflexões Inaugurais”, que ganhou o apoio também da OAB/MG.

O guia tem como objetivo tornar-se uma voz do Servidor e também o ato inicial que



O download da cartilha pode ser feito no site do sindicato: www.serjuszmg.org.br

represente um divisor de águas entre a Administração Pública e seus prestadores de serviço.

“Queremos fomentar esse debate, a fim de despertar a categoria para a defesa do direito ao ambiente saudável de trabalho, como forma de prevenção às doenças ocupacionais. Não toleramos o enorme descaso com aqueles que dedicam grande parte da sua vida à prestação de serviços à Justiça”, ressalta Sandra Silvestrini, presidente do SERJUSMIG.

Pouso Alegre protesta por igualdade de condições de trabalho



Um ato público realizado em frente ao Fórum de Pouso Alegre marcou a indignação dos Servidores da comarca com relação às condições desiguais de trabalho no local. Na cidade, apesar de o fórum ter sido construído há apenas três anos, as secretarias de juízo não foram contempladas com aparelhos de ar-condicionado.

As salas em que há sistema de refrigeração são as ocupadas pelos magistrados, promotores, OAB e usadas para realização das audiências. Estes locais foram estrategicamente escolhidos por estarem do lado em que o sol bate apenas pela manhã, ficando as que não têm ar-condicionado localizadas onde a incidência do sol é mais forte. “Este tratamento diferenciado e desrespeitoso faz com que o trabalho realizado não renda tanto quanto poderia, uma vez que os Servidores estão submetidos, principalmente no verão, a temperaturas altíssimas, com sensação térmica acima dos 40 graus”, disse o vice-presidente do SERJUSMIG, Luiz Fernando Souza.

Lentidão da Justiça causa desespero em quem tem pressa

Há três anos, a gestora ambiental S. A. luta na justiça para garantir pensão provisória para os dois filhos adolescentes. Desde que se separou, ela tenta fazer com que o ex-marido pague pensão alimentícia aos filhos e aceite partilhar os bens do casal, conquistados durante 23 anos de união. “Em todo esse tempo, o processo pouco avançou, mesmo sendo um caso popularmente conhecido por receber

da Justiça deliberação de caráter emergencial. Pago sozinho o aluguel do apartamento em que moro com meus filhos e há meses em que tenho medo de faltar dinheiro para pôr comida em casa”, desabafa.

Devido à lentidão do processo, ela decidiu, numa atitude desesperada, fazer protestos dentro do Fórum Lafayette, para lutar por sua causa e também pelas causas de cidadãos que, como ela, veem

diariamente despedaçada a esperança de ter garantidos os direitos devidos. “Faço o protesto por mim e por todos aqueles que não podem estar aqui comigo, mas que também estão desesperados e sem saber a quem mais recorrer”, conclui.



Esperança despedaçada: há três anos, S. A. luta na justiça para garantir o direito à pensão para os dois filhos adolescentes

2014 começa com rodada de viagens a comarcas mineiras

Representantes do SERJUSMIG têm por objetivo verificar as condições de trabalho dos Servidores e passar o informe sindical

Mais de 20 comarcas mineiras receberam a visita do SERJUSMIG em 2014. O vice-presidente Luiz Fernando Souza, acompanhado de alguns dirigentes do Sindicato, percorreu mais de 20 comarcas nos meses de janeiro, fevereiro e março, para conhecer de perto a realidade e as condições de trabalho dos colegas. “Um

dos assuntos abordados nas visitas foi o plano de carreiras dos Servidores e a necessidade urgente de alterações e aumento do número da vagas para as Promoções Verticais”, relatou Souza.

O quadro reduzido de Servidores, a falta de ar-condicionado e também a falta de estrutura no local de trabalho foram

algumas das situações mais observadas nas visitas. “É difícil perceber que a maioria das nossas comarcas se encontra em estado de quase abandono. É necessário que o TJMG tome providências urgentes para melhorar as condições de trabalho, que, em sua maioria, estão péssimas”, reivindica o vice-presidente.



ITAMONTE



BOTELHOS



ITANHANDU



GUARANÉSIA



BAEPENDI



ALPINÓPOLIS



ITAMOGI



BH-BARREIRO



CALDAS



CAMPESTRE



ANDRELÂNDIA



CONCEIÇÃO DO RIO VERDE



AIURUOCA



CRUZÍLIA



ITAIPERICICA



GOVERNADOR VALADARES



CARMO DO RIO CLARO



CARMO DA MATA



JABOTICATUBAS



MONTE BELO



CRISTINA



MONTE SANTO DE MINAS



PASSA QUATRO



CLÁUDIO

* As comarcas de: Santos Dumont, Sete Lagoas, Matias Barbosa e Matozinhos também foram visitadas pelos dirigentes do SERJUSMIG.